

MICHAEL FOUCAULT, O MECANISMO DE PODER NOS DISPOSITIVOS AVALIATIVOS DAS ESCOLAS.

Maria do Socorro Batista Nabiça¹

RESUMO

A partir da exposição de um dos elementos-chaves da teoria foucaultiana, em associação às percepções de integração do estudante nos ambientes escolares, o presente artigo traz como objetivo analisar o mecanismo de poder nos dispositivos avaliativos das escolas, sob a ótica do filósofo Michael Foucault, possibilitando nesse estudo a difusão de sua teoria que abrange os diversos contextos sociais aos campos de sanções educacionais. Ao analisar a similaridade de como os resultados avaliativos são compreendidos ao longo dos tempos, configuramos como ainda hoje as avaliações escolares aplicam-se como um mecanismo de poder normalizador. Sob a tutela teórica das abordagens filosóficas do próprio Foucault (2000/2014), faz-se compreender tal realidade a partir de categorias e métodos advindos de uma relação de poder, que rompe com o pensar natural e solicita a maturidade de compreensão de que a direção para essa captação advém de um olhar genealógico da história. Sendo assim, para Foucault a escola é uma espécie de dispositivo regular que monitora em toda sua extensão a operação de ensino. E o exame possibilita ao seu organizador, ao mesmo tempo, transmitir o saber e a criação de um campo de conhecimento sobre os estudantes. Resta a este indivíduo a submissão aos critérios instituídos como análise ou a sanção pela desobediência da ordem. Enfim vale muito a análise das verdades sobre a qualidade da formação que o estudante recebe ao passar pelo processo avaliativo, tendo em vista que a qualidade dos resultados configura o padrão de monitoramento sistemático hereditário de um mecanismo de poder invisível. Para isso, o paralelo teórico de Lukesi (2000), Gallo (2015) e a singela participação de Branco (2012) servirão à construção deste artigo.

Palavras-chave: Foucault; avaliação; escola; poder.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). Especialista em Língua Portuguesa: uma abordagem textual pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2008). Especialista em Psicopedagogia com ênfase em Educação Inclusiva pela Faculdade de Patrocínio (FAP/Brasil-2017). Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2008). Professora de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II e Língua Portuguesa, Literatura e Técnica de Redação do Ensino Médio da rede privada no município de Cametá, Estado do Pará. E-mail: socorronab@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Entendemos que hoje a limitação ao direito à educação como garantia constitucional torna-se cada vez mais perceptível. Entre os agravantes desse quadro, estão a crise política e econômica que afeta diretamente o campo educacional no Brasil. Contudo, o relevante papel da educação em nossas vidas, sobretudo como atividade de comunicação que possibilita relacionar as percepções de nossa realidade a outras socialmente convencionadas, torna-se um instrumento de luta contra a ignorância, a alienação e, principalmente, a classe dominante.

Cada período histórico apresenta suas verdades sobre conceitos que envolvem discussões específicas e com a educação isso não é diferente. Pensando nisso, o objetivo deste artigo consiste em analisar o mecanismo de poder, teoria infundida pelo filósofo francês Michael Foucault (1924-1984), nos dispositivos avaliativos das escolas como estratégia de observação dessa ferramenta ilustrativa da fundamentação e resultado do pensamento do estudante. Para isso, em sua obra *A ordem do discurso*, Foucault reflete que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (2000 pág. 44). Dessa maneira, entendemos que o poder disciplinar se aplica por meio de sanção normalizadora que se impõe como regra a todos os que indeferem seu sistema. Compreende-se como principal instrumento dessa ordem a administração avaliativa como um aparelho significativo desse conjunto mecanizado do poder o que se faz necessário discussão mais aprofundada sobre seu funcionamento.

Sob essa perspectiva, cabe perceber que, mesmo diante de constantes análises sobre a política de avaliação educacional, visando melhorias na qualidade de ensino ofertado pelas escolas da educação básica, há sempre uma forma de controle social representante de instituições sociais, que apontam para o efeito das relações entre poder e conhecimento e como eles são aplicados por meio do processo preservado da avaliação.

Dessa forma, observar como o mecanismo de poder vem sendo aplicado nos processos avaliativos dentro do espaço escolar nos proporciona confirmar as amenas transformações nas posições dos que integram o processo e reforçar o entendimento da constituição educacional como espaço reconfigurado de subjugamento do estudante. Essa realidade, sob a perspectiva de Foucault, é compreendida a partir de categorias e métodos advindos de uma relação de poder, que nos propõe um rompimento com o pensar natural e a maturidade de compreensão de que a direção para essa captação quem nos dá é a história.

Faz-se necessário, portanto, para essa análise o apoio teórico de Michael Foucault (2000/2014), Lukesi (2000), Gallo (2015) e Branco (2012) servirão à construção deste artigo. E, como orientação sistemática de sua produção, segue-se três pilares de reflexão. O primeiro discorre sobre a percepção de poder como um mecanismo invisível que compõe as instituições sociais e, por assim, configura também o espaço escolar. O segundo faz uma análise de como a subjetividade estudantil é tratada no processo avaliativo escolar. E o terceiro interage com as reflexões das verdades sobre a qualidade da formação que o estudante recebe ao participar dos processos avaliativos.

2. UM MODELO DE MECANISMO INVISÍVEL

É sabido que o sistema de convívio social é marcado por fatores que mantêm o fluxo contínuo das ações que coordenam o entrosamento de milhões de pessoas condicionadas a viverem comunitariamente em um lugar estabelecido. Analogamente, é como o Ecossistema, em que cada elemento ou ser está intimamente ligado e desempenhando suas funções (ações) pelo bem-comum. Dentre os fatores que dão sustento a esse convívio, está o mecanismo de poder que, de modo exclusivo, determina as ordens das ações naturais e sociais. Este fator engloba, por tamanha importância, inúmeras formas de apresentação que irão marcar e estabelecer (conceber) hierarquias dos meios em análises.

Compreendendo o espaço escolar como uma mostra de funcionamento deste mecanismo de poder que promove, sobretudo, uma relação íntima entre os indivíduos, o professor Guilherme Castelo Branco (UFRJ) reflete de maneira singular sobre como Michael Foucault (1926-1984), um filósofo que exerceu grande influência sobre os intelectuais contemporâneos, compreendeu como se consegue nos distintos meios promover uma disciplina sobre o corpo.

Segundo o autor essa disciplinalização, embora importante, foi complementada pela ideia da governamentalização vivida por uma sociedade de gestão, gerida de maneira global pela população. E quem determina essa ideia de gestão é o mercado.

Pelo aspecto da filosofia de Foucault a sociedade é gerida por um mecanismo de observação invisível, um panóptico (conceito forjado no século XVIII pelo inglês, filósofo, jurista Jeremy Bentham, para explicar como seria possível de uma maneira ideal um controle de um poder central sobre uma população a ela subordinada) que serviu para criação de outras

instituições como a escola. Esse modelo de torres naturalizado por Bentham e problematizado por Foucault deram lugar às câmeras que cerceiam o nosso comportamento.

De modo geral, sem nem perceber, naturalizamos esse mecanismo de coerção e isso explica como se disseminou o poder na sociedade atual que passam não só pelas instituições (escolas, prisões, hospitais...), mas se aplicam técnicas de controle da população, de coletividades, por meio de um sistemas de fotos, bem mais aprimoradas que a câmera como satélites com tecnologias bem mais evoluídas em uma sociedade que é capaz de se auto controlar.

Vale ressaltar, no entanto, que Michael Foucault não acreditava que o poder e dominação fossem originários de uma mesma fonte controladora, eles seriam exercidos em várias direções, todos os dias em diferentes níveis. Essa ação não era sempre opressora, ela poderia estar relacionada à criação. Não existiria uma relação de poder que não fosse acompanhada da criação de um saber de um conhecimento. E esse gancho abriria espaço para o homem agir contra o que não quer ser e pensar em outras possibilidades para o mundo em que vive. Seria possível lutar contra a dominação representada por certos padrões de pensamento e comportamento, só não se poderia ser imune e escapar completamente das relações de poder.

Vale refletir de que maneira somos submetidos a essa opressão descrita pelo filósofo há cerca de 50 anos, já que vivemos em uma sociedade que continua excluindo aqueles que são diferentes. Para o filósofo Foucault muitas escolas, em todo seu mecanismo sobretudo avaliativo, devem ser analisadas como instituições que recebem indivíduos retirados de seus espaços sociais para moldar sua conduta e disciplinar o seu comportamento.

Contudo, nessa relação de poder e resistência, Foucault também reflete que na sociedade existem formas de controles muito fortes, mas ao mesmo tempo há muitas estratégias de subtração desse controle. Temos contingentes da população que procuram construir uma vida diferente, formas de linguagens, de pensar, de vidas alternativas em que homens humildes procuram construir comunidades de ação, de pensamento com formas de vidas reversas ao sistema de opressão administrado pelo mercado, por não estarem subordinados ao poder.

É nesse aspecto que devemos compreender os processos avaliativos escolares, como um mecanismo de poder transformador do mercado. As instituições educacionais devem desenvolver uma visão de aplicação crítica sobre os conhecimentos sistematizados.

Na interação teórica foucaultiana a escola é uma espécie de dispositivo regular que monitora em toda sua extensão a operação de ensino. E o exame possibilita a seu organizador, ao mesmo tempo, transmitir o saber e a criação de um campo de conhecimento sobre os estudantes:

“o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. A escola torna-se o local de elaboração da pedagogia” (Foucault, 2014, p. 183).

Contudo, embora Foucault compreenda o exame como uma técnica de poder, assim como, de saber, a hipótese do autor é de que o saber é diferente da ideologia e o poder é diferente da repressão. Desse modo, observar a relação saber e poder faz-se necessário à reflexão crítica de seus resultados.

Por fim, faz-se necessário a compreensão desse sistema de opressão administrado pelo mercado, tendo em vista que enquanto houver a necessidade de subordinação a uma relação de poder do mercado certamente estaremos cercados pelos muros do panóptico de Bentham, porém se bem aplicarmos as trocas de saberes nos exames escolares a favor da reconstrução dessa realidade a tornaremos desagregada desse aspecto prisional.

3. A SUBJETIVIDADE ESTUDANTIL NO PROCESSO AVALIATIVO

Para o professor Cipriano Carlos Luckesi (2000) a avaliação escolar se faz presente na vida de todos que se comprometem com atos e práticas educativas. E é cada vez mais perceptível esse envolvimento, visto a preocupação com uma melhor qualidade de vida e nutrição a cada educador e educando na busca e na construção de si mesmo e do seu melhor modo de ser na vida.

Nessa perspectiva, espera-se do processo avaliativo o resultado da potencialização do indivíduo terminante a um ciclo de estudos de conhecimentos sistematizados e mediados a seu nível escolar. Em oposição a esse mecanismo democrático de avaliação da aprendizagem inclusivo, pois tem por finalidade o acolhimento de todos, temos o modelo social hierarquizado e excludente da sociedade burguesa, já divulgado na obra Vigiar e Punir de

Michel Foucault, a qual decorre que nos anos terminais da Idade Média e com a falência dos mecanismos inquisitoriais transitamos para os mecanismos de disciplinamento, à luz da Modernidade, através dos micropoderes, recursos silenciosos de controle de indivíduos e de grupos humanos que agem no seio das instituições sociais.

Neste campo de análise, inserimos-nos no sistema social burguês capitalista. E para direcionamento de pesquisa enxergamos nos exames a exclusão que nos remete às especificidades desse sistema político que reforça as mazelas resultantes da acumulação de capitais.

Sob essa configuração, as dimensões do processo avaliativo geram o entendimento de que as etapas de realização da avaliação fortalecem um campo ramificado de conceito singelamente monitorado em que se aplica naturalmente o mecanismo de coerção já mencionado nas abordagens foucaultianas pelo modelo panóptico de Jeremy Bentham.

Cabe nesta etapa de análise a investigação do amparo subjetivo do estudante participante do processo avaliativo. E, às vistas moderna do conceito,

avaliar é um ato pelo qual, através de uma disposição acolhedora, qualificamos alguma coisa (um objeto, ação ou pessoa), tendo em vista, de alguma forma, tomar uma decisão sobre ela. (Lukesi, 2000, p. 03).

Sendo assim, Lukesi, nos auxilia para um campo de visão sobre o processo avaliativo em que a ação conjunta ao indivíduo necessita da constatação de seu estado tendo por base suas propriedades específicas e seguridade de ter que configurar o objeto como ele realmente é, no momento, a partir dessa constatação é que surge a atribuição positiva ou negativa do objeto, ou seja, a qualificação. Abstrato a esse diagnóstico investigamos a subjetividade construída para o alcance dessa aprovação na qualificação do indivíduo, tendo em vista que o processo que averigua as propriedades do objeto tem por finalidade detectar a obediência da ordem configurada pelo sistema.

Distintamente às dimensões avaliativas de Lukesi, nossa abordagem nos envia às reflexões de normalização e poder apontadas por Michel Foucault, que vê o exame como uma síntese de classificação e de aplicação de sanção que legitima o poder. Para tanto, há a hierarquização, a vigilância, e a aplicação dessa sanção que normaliza. O exame para Foucault é uma síntese, um caráter disciplinar determinado por quem detém o poder. Por isso, acaba sendo definido como mecanismo de poder na forma de saber. Porém, se constitui apenas como uma forma não essencialmente como saber. Portanto, no exame o ritual do poder é renovado, individualizado, traduzido e escrito nos prontuários.

Sendo assim, é viável a percepção de que o processo avaliativo escolar impõe um peso significativo a compreensões específicas de cumprimento sistemático, pois seus aspectos estruturais e conjunturais requerem precisão individual e paralela ao percurso natural do desenvolvimento curricular do ensino. Tal processo resulta, particularmente, em disparidades de rendimento escolar que afeta e transparece no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica² brasileira. Esse reflexo nos propõe a compreensão de que o peso dado aos eixos avaliativos distorce a realidade das escolas, no que diz respeito à ponderação de sua eficiência do ensino no conjunto das disciplinas, visto que, de fato, saber contar e escrever não são só habilidades práticas, em boa parte, depende de aptidões pessoais por determinada categoria que poderia não ser a escolha do estudante. Além disso, há notáveis inteligências que são pouco criativas nessa área, por exemplo, o estudante pode saber tudo sobre gramática ou matemática propriamente ou mesmo de outras áreas como humanas, ou ciências naturais.

Embora o indicador tenha como objetivo a aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática, por outro lado, existem fatores externos aos méritos do estudante que se dedica a cumprir o que é estabelecido pelo exame. A correção de uma avaliação, por exemplo, concentra uma dose imensa de subjetividade. Mesmo que a avaliação seja submetida por um sistema de corretores, percepções comuns aos objetivos do exame prevalecerão. Assim, o conteúdo disciplinar que funciona como principal objetivo ministrado na sala de aula acaba tendo um peso menor do que expressões confrontadas pelo estudante e corretores no ato do exame.

Como reflete Foucault, o ritual do poder no exame é documentado e traduzido em caso. E é despersonalizado pelo exame. Sendo assim, o resultado final se configura por dizer menos do que poderia ser dito sobre a eficiência das escolas. E diz muito sobre esforços individuais, considerando estudantes e escolas que se submetem a matriz do exame, e a imposição do poder disciplinar desse exame.

4. AS VERDADES DA QUALIDADE DA FORMAÇÃO QUE O ESTUDANTE RECEBE AO PARTICIPAR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS.

Compreende o processo avaliativo um dispositivo de grande utilidade para balanceamento de dados e regulagem do candidato. Sendo assim,

² O Ideb foi criado pelo INEP em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil.

a sociedade contemporânea tem sido cada vez mais integrada a processos avaliativos, às políticas de avaliação, às medidas, às escalas, a rankings, às estatísticas, a cálculos, às premiações e às classificações que a qualificam como 'sociedade avaliativa'. (Carvalho e Gallo, 2015, 286)

Tal referência nos constitui o cenário de exame presente na obra *Vigiar e Punir* de Foucault (2014) a qual o caracteriza como analisador do indivíduo como efeito e objeto do poder e saber na associação entre vigilância hierárquica e sanção normalizadora com ótica particular, se associado à discussão da implantação da avaliação em larga escala no espaço brasileiro.

Desse modo, a essência do conceito de exame norteia-se à sanção normalizadora, à disciplina, ao controle e à biopolítica. De maneira específica, às análises dos resultados da avaliação nos propõe reflexão sobre as verdades da qualidade da formação que o estudante recebe ao participar dos processos avaliativos. Conscientes de que a composição do exame estrutura o controle e põe em prática a adequação da norma como vigilância que é capaz de possibilitar a qualificação, classificação, separação e exclusão o que possibilita, assim, uma metodologia que traça a maneira de como deve funcionar o saber, compreende-se que a qualidade da formação do estudante subjugua o sujeito a organismos minuciosos de análises.

Observa-se o exame, “no coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (FOUCAULT, 2014, p.181). De fato, ele torna-se uma expressão das técnicas da hierarquia que vigia com a sanção que normaliza. A isso está atrelada a qualidade da avaliação do estudante. A cada elemento que o indivíduo é subjugado o poder institucionalizado agrega status educacional. Sendo assim, o estudante encontra-se completamente capturado, subjugado às limitações estabelecidas pelo funcionamento do exame e atuando em concordância às dimensões que toma no processo.

Portanto, o exame faz o indivíduo circular em meio a uma rede de vigilância e de anotações escritas, situando-o num campo documentário (CARVALHO, GALLO, 2015, p. 292). Diante desta investigação sobre as verdades que são produzidas sobre a qualidade da formação que o estudante recebe ao participar do processo avaliativo a aprovação ou negação do dispositivo que examina considera o grau de integração do indivíduo avaliado com as categorias de eixo definidas para diagnóstico e o que os seus resultados revelam sobre essa relação e a formação recebida pelo participante.

Enfim, por uma ótica foucaultiana, o exame articula, duas possibilidades de análises. A primeira trata-se da objetivação do indivíduo como algo observável, analisável, descritível,

que toma dimensões em suas virtudes e aptidões sob o controle de um saber. E a segunda é a que põe o indivíduo num parâmetro de comparação, que o modula no âmbito de sua especificidade a uma totalidade, o põe em um conjunto populacional e o dimensiona através de suas potencialidades. Porém, é essa última possibilidade que alcança definição maior como selo de qualidade da formação escolar do indivíduo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michel Foucault contribui significativamente ao entendimento do processo avaliativo no ambiente escolar, assim como do funcionamento das instituições. Para tanto, a escola se constitui como um observatório político que permite o conhecimento e o controle em todas as dimensões dos indivíduos que a compõem: diretor, coordenador, professor, e sobretudo o próprio estudante. Essa abstração hierárquica faz com que todos sejam constantemente controlados e vigiados sob a passividade do poder de punir. Assim a posição de privilégio de poder institucionalizado realiza a manutenção disciplinar entre os indivíduos que integram a escola, assim como a sociedade.

De fato, o principal dispositivo aplicado na escola para regulação de controle é o exame. Considerado um aparelho disciplinar que contempla “cada vez mais de uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar” (FOUCAULT, 2014, p. 182), o exame escolar tem para Foucault o objetivo verificar se ocorreu uma transferência de conhecimento do mestre para o aluno. Isto é, verifica-se desse modo, uma relação vertical do professor para com o aluno.

Ralo é a relevância da subjetividade do estudante quando o diagnóstico apresenta um caráter amplo de qualificação das instituições escolares. Embora se destaque proposta de renovação conceitual e administrativa do processo avaliativo que se configura como democracia de avaliação da aprendizagem inclusiva defendida pelos estudos modernos de Lukesi (2000), o modelo social hierarquizado e excludente da sociedade burguesa, teoricamente desenhado por Foucault, é o que claramente se sobrepõem nas esferas panópticas da sociedade que tem na escola uma ilustrativa demonstração.

Cabe, portanto, a dosagem da qualidade da formação do estudante ao entendimento do funcionamento da docilidade do corpo passível de repressão, de sujeição. O êxito do exame está na inversão da visibilidade do poder ao indivíduo que se subjugua. O fato de ser notado e avaliado faz do sujeito um instrumento do poder em constante aperfeiçoamento. Contudo a visibilidade se torna uma obrigação, condição do poder, e transposição da medida do poder do

indivíduo. O diagnóstico do poder o caracteriza, o hierarquiza e magnificamente pode puni-lo para que se enquadre em determinada posição.

Por fim, o exame documenta o indivíduo, pois o integra numa rede de informações que o toma como objeto de análise e o transforma em números e medidas, registros em acúmulos documentais que reforça a manutenção de uma sociedade conservadora fidelizada pelo seu mecanismo de controle invisível.

REFERÊNCIA

BRASIL, Ministério da Educação, (2018). **Avaliação da aprendizagem**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfancia/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem>. Acesso em: 19 junho 2019.

CASTELO BRANCO, Guilherme. Subjetividade e lutas políticas na modernidade. **O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 21, n. 31, p. 239-251, feb. 2012. ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/370>>. Acesso em: 19 June 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. Loyola. São Paulo, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Nascimento da Biopolítica**: Edições 70, 2010.

_____. **Arqueologia do Saber**: Forense Universitária, 2012.

GALLO, Silvio (orgs.). **Repensar a educação - 40 anos após Vigiar e Punir**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, p. 285-315.

LUCKESI, C. C. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Disponível Pátio On-line Pátio. Porto alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000